ISSN:1984-2295

Revista Brasileira de Geografia Física

Homepage: www.ufpe.br/rbgfe

Instrumentos da política de recursos hídricos no estado de São Paulo: situação atual e perspectivas

Monise Terra Cerezini[1], Flávia Darre Barbosa[2], Frederico Yuri Hanai[3]

[1] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos (PPGCAm/UFSCar). mo_terra@yahoo.com.br (autor correspondente). [2] Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos (PPGCAm/UFSCar). flavia_darre@yahoo.com.br. [3] Docente do Departamento de Ciências Ambientais e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). fredyuri@ufscar.br.

Artigo recebido em 06/12/2016 e aceito em 20/03/2017

R E S U M O

Planos de Bacia e Relatórios de Situação são instrumentos fundamentais para a gestão e planejamento dos recursos hídricos no âmbito das Bacias Hidrográficas, sendo os Comitês de Bacia responsáveis por aprovar e acompanhar sua implementação e atualização conforme consta nas legislações referentes à gestão dos recursos hídricos. Este trabalho teve como objetivo realizar uma análise da situação atual desses instrumentos no Estado de São Paulo, considerando sua disponibilidade, vigência e atualização, bem como investigar o acesso a informação, a fim de fornecer uma visão deste cenário. Foi realizada uma pesquisa exploratória entre os anos de 2015 e 2016, por meio de buscas no portal de informações do Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos do Estado de São Paulo e nas páginas eletrônicas institucionais dos Comitês de Bacia Hidrográfica. Foi constatado que as Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos possuem Planos de Bacias e Relatórios de Situação, porém foi observado que muitos desses documentos estavam desatualizados ou ausentes para consulta no sistema.

Palavras-chave: plano de bacia; relatório de situação; comitês de bacia hidrográfica; recursos hídricos.

Instruments of water resources policy in São Paulo state: current situation and prospects

A B S T R A C T

Basin Plans and Situation Reports are key tools for management and planning of water resources in river basins. Basin Committees are responsible for approving and monitoring the implementation and updating of these instruments as cited in legislation on water resources management. This study aimed to carry out an analysis of the current situation of these instruments in São Paulo State, considering their availability, validity and update, as well as investigating access to information in order to provide an overview. It was held an exploratory research between the years 2015 and 2016 through searches in institutional homepages of Integrated Water Resources Management System of São Paulo State and of River Basin Committees. It was noted that the River Basins has Basin Plans and Situation Reports, but many of these documents are not available in the system and they are outdated.

Keywords: river basin plan; situation report; watershed committees; water resources.

Introdução

O processo de democratização, ocorrido na década de 80 no Brasil, promoveu avanços na gestão dos recursos hídricos do país. O primeiro pode ser observado na Constituição Federal de 1988, quando esta passa a considerar a água do território nacional como um bem da União, portanto um bem de domínio público (Jacobi e Fracalanza, 2005). Além disso, também foi acordada na Constituição de 88 a criação de um sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos, passo importante para a aprovação em 1997 da Lei Federal nº 9.433, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) a ser adotada a partir daquele ano. Até então, a principal legislação brasileira para as águas era o Código das Águas de 1934, decreto que previa, dentre outras coisas, o domínio privado da água e uma gestão centralizada no Governo Federal (Campos e Fracalanza, 2010).

A nova "Lei das Águas" de 1997 estabelece a gestão integrada, descentralizada e participativa, colocando a bacia hidrográfica como unidade de gestão, que por sua vez permite a visão sistêmica do território ao integrar as diversidades econômicas, políticas, culturais, ambientais e

físicas, em escalas locais e regionais com variabilidade temporal.

A fim de fortalecer esta nova forma de gestão, a PNRH institui o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), conforme Art. 33 da Lei Federal nº 9.433/1997, que passa a ser composto por: Conselho Nacional de Recursos Hídricos; Agência Nacional de Águas, Conselhos de Recursos Hídricos dos Estados e do Distrito Federal, Comitês de Bacia Hidrográfica (CBH's), órgãos dos poderes públicos federal, estadual, municipal e do Distrito Federal, cujas competências se relacionem com a gestão de recursos hídricos e as Agências de Água ou de bacia.

Além disso, outro avanço significativo trazido pela PNRH foi a implantação de instrumentos que auxiliam a gestão e o planejamento dos recursos hídricos. Estes instrumentos são: o Plano de Recursos Hídricos (PRH); o Enquadramento dos Corpos de Água; a Outorga; a Cobrança e o Sistema de Informação sobre os Recursos Hídricos. Dentre todos, os PRH podem ser considerados instrumentos fundamentais, pois são planos diretores que visam fundamentar e orientar a implementação da PNRH e o gerenciamento dos recursos hídricos nas bacias hidrográficas (Art. 6º da Lei Federal nº 9.433/1997; ANA, 2013).

O Art. 8º da Lei Federal nº 9.433/1997 prevê que, "Os Planos de Recursos Hídricos serão elaborados por bacia hidrográfica, por Estado e para o País", considerando as especificidades existentes em cada esfera, a partir de um diagnóstico, que apresenta a caracterização detalhada dos principais aspectos relacionados à qualidade e à quantidade de recursos hídricos, à forma de gerenciamento e aos problemas decorrentes de seu uso, além de contemplar as prioridades para outorga, critérios para cobrança e as metas de racionalização. Devem definir ações de gestão, programas, projetos, obras e investimentos prioritários para o território, dentro de um contexto que inclua os órgãos governamentais, a sociedade civil e demais usuários (ANA, 2011; Peres e Silva, 2013; Souza e Furtado, 2013).

Conforme previsto na PNRH, cabe aos CBH's, no âmbito de sua área de atuação, aprovar o Plano de Recurso Hídrico, ou Plano de Bacia Hidrográfica (PBH), e sugerir as providências necessárias ao cumprimento de suas metas (Art. 38 da Lei Federal nº 9.433/1997). Para dar suporte aos CBH´s e auxiliar na construção dos Planos, os Estados terão o seu Plano de Bacia, conforme cada Política Estadual de Recursos Hídricos (ANA, 2011).

Além do PBH, outro importante documento que deve ser acompanhado quanto a sua elaboração e aprovado pelos CBH's é o Relatório de Situação (RS), que conforme previsto no Art. 19 da Lei Estadual nº 7.633/1991 "objetivam monitorar o balanço da quantidade e qualidade dos recursos hídricos e a avaliação da eficácia dos investimentos e do Plano de Recursos Hídricos na recuperação da qualidade e no aumento da oferta de água" (SÃO PAULO, 1991. Art. 19). De forma geral, a elaboração dos Planos de Bacia e dos Relatórios de Situação compete à Secretaria Executiva, Agência de Água ou entidades gestoras dos CBH's. Com relação aos PRH's de domínio federal, compete a Agência Nacional de Águas (ANA) a sua elaboração (ANA, 2013).

Planos de bacia hidrográfica e relatórios de situação no estado de São Paulo

A Política Estadual de Recursos Hídricos no estado de São Paulo foi implementada por meio da Lei Estadual nº 7.663, de 30 de dezembro de 1991, e antecede a PNRH de 1997. A referida Lei institui as normas de orientação à Política Estadual de Recursos Hídricos bem como ao Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e estabelece os instrumentos de gerenciamento para estes recursos (Jacobi e Fracalanza, 2005).

Esta política prevê que os Planos de Bacia Estadual e Planos de Bacia Hidrográfica (PBH) terão sua elaboração conforme os levantamentos e apontamentos realizados pelos Comitês de Bacia. Estes instrumentos devem ser elaborados em longo prazo, sendo compatíveis com o período de implantação de seus programas e projetos, e acompanhados por revisões e atualizações periódicas. Os Relatórios de Situação devem ser elaborados anualmente conforme previsto na Lei Estadual nº 7.663/1991, pois este instrumento avalia a eficácia dos Planos.

A estrutura metodológica para elaboração dos PBH's antes de 2006 seguia as diretrizes do Plano Estadual de Recursos Hídricos (PERH) de 1990 e as diretrizes elaboradas em 1997, pelo Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos (CORHI), para o Relatório Zero "0"**.** A partir do ano de 2006, com a aprovação da Deliberação nº 62 de 2006 pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH), foi estabelecido um roteiro mínimo para elaboração dos PBHs. Este novo roteiro amplia o diagnóstico e prognóstico a respeito das UGRHI's em relação ao que era indicado no PERH de 1990. Os PBH's deveriam ser atualizados conforme esta Deliberação até o ano de 2008, mantendo-se a proposta anterior dos Relatórios de Situação.

Em 2007, a Coordenadoria de Recursos Hídricos (CRHI), da Secretaria Estadual do Meio Ambiente de São Paulo (SMA) junto ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) promoveu ações que culminaram na adaptação de uma nova metodologia para a elaboração dos Relatórios de Situação, que objetivava os tornar mais concisos e com periodicidade anual. Esta metodologia baseou-se no Global Enviromental Outlook (GEO), utilizando como referência o modelo de indicadores denominado FPEIR (Força-Motriz, Pressão, Estado, Impacto e Resposta) e passou a vigorar oficialmente a partir da Deliberação do CRH nº 146 de dezembro de 2012.

A Deliberação nº 146/2012, que revoga a Deliberação nº 62 de 2006, além de instituir o novo modelo e prazos para os Relatórios de Situação, também define e aprova novos critérios, prazos e procedimentos para a elaboração dos PBH's para as 22 UGRHI's paulistas, cujas exigências encerrar-se-iam em 2014. Além disso, os CBH's ficariam responsáveis pela divulgação do PBH, após a sua aprovação. Esta divulgação deveria ser realizada em linguagem clara, apropriada e acessível ao público em geral, utilizando ainda mecanismos diversificados de comunicação, conforme Art. 5º da Deliberação CRH nº146/2012.

O Art. 3º da Deliberação CRH nº 146/2012 prevê que os Planos de Bacia Hidrográfica devem ser compatíveis com o Plano Estadual, com metas de curto, médio e longo prazo e horizonte de planejamento de no mínimo 12 anos. Para avaliação dos cumprimentos das metas previstas e eventuais ajustes, deverão ser utilizados os Relatórios de Situação.

Quanto aos Relatórios de Situação, esta Deliberação prevê que estes documentos deveriam ser elaborados anualmente visando informar publicamente sobre a evolução do estado dos recursos hídricos e os avanços no gerenciamento. Ressalta-se que, conforme Art. 9º da Deliberação CRH nº 146/2012, a divulgação do documento, após a sua aprovação, é de responsabilidade do CBH, com linguagem clara, apropriada e acessível ao público e deverão ser utilizados mecanismos diversificados de comunicação.

Com a aprovação, em abril de 2014, da Deliberação CRH nº 159, o Art.11º da Deliberação CRH nº146/2012 foi modificado, prorrogando o prazo para atualização dos Planos de Bacia até 2015. O novo texto passou a vigorar com a seguinte redação: "o prazo para adequação dos Planos de Bacias Hidrográficas das 22 (vinte e duas) UGRHIs às exigências estabelecidas por esta Deliberação encerra-se em 31 de dezembro de 2015", conforme Art. 2º da Deliberação CRH nº159/2014. Os roteiros para elaboração dos Planos de Bacia e dos Relatórios de Situação não sofreram alteração segundo a Deliberação CRH nº159/2014, mantendo os roteiros da Deliberação 146, com utilização dos indicadores FPEIR para os Relatórios de Situação.

O Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos

O Sistema Nacional de Informações sobre Recursos Hídricos (SNIRH) é um dos instrumentos de gestão previstos na PNRH, sendo definido como um amplo sistema de coleta, tratamento, armazenamento e recuperação de informações sobre recursos hídricos, bem como fatores intervenientes para sua gestão. Os princípios básicos para funcionamento do SNIRH são a descentralização da obtenção e produção de dados e informações; a coordenação unificada do sistema; e o acesso aos dados e informações à toda a sociedade.

Segundo o Portal de Informações do SNIRH (http://www.snirh.gov.br), o Sistema tem como objetivo reunir, dar consistência e divulgar os dados e informações sobre a situação qualitativa e quantitativa dos recursos hídricos no Brasil; atualizar permanentemente as informações sobre disponibilidade e demanda de recursos hídricos em todo o território nacional; e fornecer subsídios para a elaboração dos Planos de Recursos Hídricos. A Agência Nacional de Águas (ANA) é responsável por organizar, implantar e gerir o SNIRH, de acordo com a sua lei de criação, Lei nº 9.984/2000.

Neste contexto, cabe citar a Lei de Acesso à Informação, Lei Federal nº 12.527/2011, que regulamenta o direito constitucional de acesso às informações públicas e cria mecanismos que possibilitam, a qualquer pessoa, física ou jurídica, sem necessidade de apresentar motivo, o recebimento de informações públicas dos órgãos e entidades. A Lei de Acesso à Informação determinada que todas as informações produzidas ou sob guarda do poder público são públicas e, portanto, acessíveis a todos os cidadãos, ressalvadas as informações pessoais e as hipóteses de sigilo legalmente estabelecida.

O Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos

O Sistema Integrado de Gerenciamento dos Recursos Hídricos - SIGRH "visa a execução da Política Estadual de Recursos Hídricos e a formulação, atualização e aplicação do Plano Estadual de Recursos Hídricos, congregando órgãos estaduais e municipais e a sociedade civil, nos termos do Artigo 205 da Constituição do Estado". (SÃO PAULO, 1991. Art. 21). Portanto, tem como princípios uma gestão integrada,

participativa e descentralizada que assegure a qualidade e quantidade dos recursos hídricos, reconhecendo-os como um bem público.

Tais princípios se refletem no fato de que o SIGRH é coordenado pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CRH), pelos Comitês de Bacias Hidrográficas (CBHs) e pelo Comitê Coordenador do Plano Estadual de Recursos Hídricos (CORHI), e desta forma, envolvem os diferentes interesses dos segmentos sociais, uma vez que tais entes possuem representantes dos segmentos Públicos, Estaduais e Municipais, e da Sociedade Civil Organizada.

Desde a década de 90, a Coordenadoria de Recursos Hídricos do Estado junto a Secretaria de Saneamento tem trabalhado para viabilizar a difusão das informações e notícias do SIGRH por meio do portal de informações SIGRH, que unifica, ou deveria unificar todas as informações e notícias relacionadas à gestão dos recursos hídricos do estado de São Paulo, com o intuito de garantir e divulgar o acesso aos dados e documentos gerados pelos Comitês de Bacia e demais entes que fazem parte da gestão integrada. Contudo, é importante ressaltar que, parte do conteúdo do portal deve ser alimentado por meio das parcerias com os Comitês de Bacia e órgãos gestores dos Recursos Hídricos, o que torna um desafio a atualização das informações de forma constante.

Diante da relevância dos Planos de Bacia e dos Relatórios de Situação como instrumentos fundamentais para o planejamento e gestão dos recursos hídricos, o objetivo deste trabalho foi analisar a situação desses instrumentos nas Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos (UGRHI's) do estado de São Paulo, sobre a responsabilidade dos Comitês de Bacia. Além disso, procurou-se investigar o acesso à informação, a fim de fornecer uma visão do cenário atual e reflexões sobre perspectivas futuras, fazendo desse trabalho uma base de consulta da situação destes instrumentos.

Material e métodos

Área de estudo

A gestão dos recursos hídricos no estado de São Paulo é realizada por Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos - UGRHI's (Figura 1), sendo que cada Unidade de Gerenciamento está sob a responsabilidade de um Comitê de Bacia Hidrográfica. A Tabela 1 apresenta os dados de criação, área, população e municípios dos Comitês de Bacia do estado.

As UGRHIs são unidades territoriais "com dimensões e características que permitam e justifiquem o gerenciamento descentralizado dos recursos hídricos" (SÃO PAULO, 1991. Art.20). Essas unidades de gerenciamento não devem ser consideradas como bacias hidrográficas, visto que são formadas por partes ou por um conjunto de bacias (SÃO PAULO, 2006). Desta forma, os PBH's e os Relatórios de Situação são elaborados para o planejamento e gerenciamento de tais Unidades.

Figura 1. Mapa das Unidades Hidrográficas de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Fonte: IGC (2014).

Tabela 1. Caracterização dos Comitês de Bacia no Estado de São Paulo

UGRHI	Comitê de Bacia	Data de Criação	Área aproximada	População	Município
1	CBH da Serra da Mantiqueira	27/06/2001	690	64.000	3
2	CBH do Paraíba do Sul	12/20/1994	14.400	1.967.000	36
3	CBH do Litoral Norte	12/30/1991	1.950	275.000	4
4	CBH do Rio Pardo	12/30/1991	9.000	1.092.000	27
5	CBH do Piracicaba, Capivari, Jundiaí	12/30/1991	14.200	4.992.000	61
6	CBH do Alto Tietê	12/30/1991	5.900	190.305.000	36
7	CBH da Baixada Santista	12/20/1994	2.800	1.679.000	14
8	CBH do Sapucaí-Mirim e Grande	12/30/1991	9.100	664.000	23
9	CBH do Rio Mogi-Guaçu	12/30/1991	15.000	1.466.000	43
10	CBH dos Rios Sorocaba e Médio Tietê	08/01/1996	11.800	1.812.000	50
11	CBH do Ribeira de Iguape e Litoral Sul	12/30/1991	17.100	364.000	24
12	CBH do Baixo Pardo-Grande	12/30/1991	7.200	331.000	18
13	CBH do Tietê-Jacareí	12/30/1991	11.800	1.463.000	34
14	CBH do Alto Paranapanema	12/30/1991	22.700	717.000	45
15	CBH dos Rios Turvo e Grande	6/13/1997	15.900	1.220.000	66
16	CBH do Tietê-Batalha	9/13/1996	13.100	520.000	36
17	CBH do Médio Paranapanema	12/20/1994	16.700	660.000	46
18	CBH do São José dos Dourados	12/30/1991	6.800	223.000	26
19	CBH do Baixo Tietê	12/20/1994	15.600	746.000	51
20-21	CBH dos Rios Aguapeí e Peixe	12/30/1991	24.000	806.000	74
22	CBH do Pontal do Paranapanema	12/30/1991	12.400	476.000	26

Fonte: adaptado de www.cbh.gov.br, 2016.

Coleta de dados

Esta pesquisa foi realizada entre os anos de 2015 e 2016, e teve caráter exploratório. Os critérios que nortearam o levantamento dos dados foram a disponibilidade, vigência e atualização dos PBH's e Relatórios de Situação das 22 UGRHIs do estado e seus respectivos comitês de bacia, conforme as Deliberações CRH nº 62 de 2006, Deliberações CRH nº 146 de 2012 e matriz de indicadores FPEIR. Além disso, também foi verificada a situação do período de vigência e disponibilização dos Planos de Bacia e Relatórios de Situação Estaduais.

A base de consulta para obtenção dos dados foram as Páginas Institucionais dos CBH´s, o Portal de Informações do SIGRH do estado de São Paulo e o Portal dos Comitês de Bacia do governo federal. O Quadro 1 apresenta os Comitês de Bacia do estado de São Paulo e os respectivos locais de consulta onde foram encontrados os documentos analisados.

Quadro 1. Locais de consulta onde foram encontrados os documentos analisados

Comitê de Bacia Hidrográfica	Local de Consulta
Serra da Mantiqueira	http://www.comitesm.sp.gov.br
Paraíba do Sul	http://www.comiteps.sp.gov.br/*
Litoral Norte	http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhln/
Rio Pardo	http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhpardo/
Piracicaba, Capivari, Jundiaí	http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhpcj/ http://www.comitespcj.org.br/
Alto Tietê	http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhat/ http://www.comiteat.sp.gov.br/
Baixada Santista	http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhbs/
Sapucaí - Mirim e Grande	http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhsmg/
Rio Mogi-Guaçu	http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhmogi/
Sorocaba e Médio Tietê	http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhsmt/
Ribeira de Iguape e Litoral Sul	http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhrb/ http://www.comiterb.org/
Baixo Pardo-Grande	http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhbpg http://www.comitebpg.com.br/
Tietê - Jacaré	http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhtj/
Alto Paranapanema	http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhalpa/
Turvo e Grande	http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhtg/ http://www.comitetg.sp.gov.br/cbhtg/
Tietê - Batalha	http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhtb/ http://www.comitetb.sp.gov.br/
Médio Paranapanema	http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhmp/ http://cbhmp.org
São José dos Dourados	http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhsjd/ http://www.comitesjd.sp.gov.br/
Baixo Tietê	http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhbt/
Aguapeí e Peixe	http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhap/ http://cbhap.org/
Pontal do Paranapanema	http://www.sigrh.sp.gov.br/cbhpp/ http://cbhpp.org/

* Página indisponível durante a realização da pesquisa
Fonte: Autores, 2016.

A partir das informações levantadas, foram elaborados dois Quadros apresentando a situação destes documentos para os critérios analisados, e posteriormente foi realizada a análise dos dados obtidos.

Resultados e discussão

Até o ano de 2016, foram elaborados quatro Planos de Bacia e quatro Relatórios de Situação para o estado de São Paulo.

O primeiro Plano Estadual de Recursos Hídricos, disponível apenas no ambiente virtual do Departamento de Águas e Energia Elétrica (DAEE), foi elaborado em 1990, apresentando propostas, programas e projetos anuais e plurianuais para 1990/1995. O segundo Plano Estadual é referente ao período 2000-2003 a partir do Relatório de Situação para o mesmo período e Relatórios Zero, elaborados pelos Comitês de Bacia. O terceiro Plano Estadual de Recursos Hídricos foi apresentado para o quadriênio 2004-2007 e elaborado a partir do seu Relatório Síntese (RSP), tendo como ponto de partida os Planos de Bacia e também os Relatórios "Zero" de situação dos recursos hídricos das Unidades de Gerenciamento de Recursos Hídricos, elaborados pelos Comitês de Bacia.

O último Plano Estadual de Recursos Hídricos foi apresentado para o quadriênio 2012-2015 e constitui a 6ª atualização deste instrumento de gestão no Estado de São Paulo. Fruto de um intenso processo de articulação institucional, o PERH 2012-2015 consolida os compromissos estabelecidos nos diferentes níveis do setor público, das instâncias do Sistema Integrado de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SIGRH) e das entidades da sociedade civil, configurando o pacto estabelecido em torno da gestão dos recursos hídricos nesse período de referência. Este documento constitui o primeiro produto da fase de acompanhamento do PERH 2012-2015, nos termos preconizados durante sua elaboração. O segundo,

terceiro e último Plano estavam disponíveis no portal de informações do SIGRH.

Quanto aos Relatórios de Situação no Estado, atualmente existem cinco relatórios. O primeiro é referente ao período de 2000-2003 elaborado a partir dos Relatórios "Zero" de 1999. O segundo relatório de Situação tem como ano base 2008 e foi publicado em 2010. O terceiro relatório de Situação é referente ao ano de 2009, sendo publicado em 2011. O quarto relatório de situação tem como base o ano de 2012, sendo publicado em 2014. E por fim, o último relatório de situação tem como ano base o ano de 2013-2014 e foi publicado em 2016. Todos os relatórios de situação Estaduais foram localizados no portal de informações do SIGRH.

Em relação aos Planos de Bacia dos CBH's localizados (Quadro 2), são apresentadas informações referentes ao ano base e a Deliberação. O ano base diz respeito ao ano em que o Plano foi aprovado pela plenária do Comitê, após o seu período de elaboração, e a partir daí começará a sua vigência, que pode ser no ano posterior, caso a plenária aprove o plano somente ao final ano.

Os dados encontrados sobre o período de vigência de cada plano e atualizações destes, quando localizadas, estão na discussão dos resultados.

Quadro 2. Planos de Bacia dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado de São Paulo

Comitê de Bacia Hidrográfica	Planos de Bacia: ano base e atualização	Deliberação
Serra da Mantiqueira	Ano base: 2009	Deliberação CRH nº 62 de 2006
Paraíba do Sul	Ano Base: 2010	Deliberação CRH nº 62 de 2006
Litoral Norte	Ano Base: 2002	*
Rio Pardo	Ano Base: 2008	Deliberação CRH nº 62 de 2006
Piracicaba, Capivari, Jundiaí	Ano Base: 1994 Ano Base: 2000 Ano Base: 2004	*
	Ano Base: 2008 Ano Base: 2011	Deliberação CRH nº 62 de 2006
Alto Tietê	Ano Base: 2009	*
Baixada Santista	Ano Base: 2008	Deliberação CRH nº 62 de 2006
Sapucaí-Mirim e Grande	Ano Base 2003	*
	Ano Base: 2008	Deliberação CRH nº 62 de 2006
Rio Mogi-Guaçu	Ano Base: 2008	Deliberação CRH nº 62 de 2006
	Ano Base: 2015 (Fase de aprovação)	Deliberação CRH n°146 de 2012
Sorocaba e Médio Tietê	Ano Base: 2006 Ano Base: 2008	Deliberação CRH nº 62 de 2006
Ribeira de Iguape e Litoral Sul	Ano Base: 2000	*
	Ano Base: 2008	Deliberação CRH nº 62 de 2006
Baixo Pardo-Grande	Ano Base: 2008	Deliberação CRH nº 62 de 2006
	Ano: 2009 (Revisão do Plano)	Deliberação CRH nº 62 de 2006
Tietê-Jacaré	Ano Base: 2008	Deliberação CRH nº 62 de 2006
Alto Paranapanema	Ano Base: 2002	*
	Ano Base: 2012	Deliberação CRH nº 62 de 2006
Turvo e Grande	Ano Base: 2008	Deliberação CRH nº 62 de 2006
Tietê-Batalha	Ano Base: 2008	*
	Ano Base: 2016 (Fase de aprovação)	Deliberação CRH nº 146 de 2012
Médio Paranapanema	Ano Base: 2007	Deliberação CRH nº 62 de 2006
São José dos Dourados	Ano Base: 2008	Deliberação CRH nº 62 de 2006
Baixo Tietê	Não foi encontrado	*
Aguapeí e Peixe	Ano Base: 2008	Deliberação CRH nº 62 de 2006
Pontal do Paranapanema	Ano Base: 2008	Deliberação CRH nº 62 de 2006

* Deliberação não localizada ou Plano com base no Relatório Zero e PERH 1990.
CRH – Conselho de Recursos Hídricos. Fonte: Autores, 2015, 2016.

O Quadro 3 apresenta os resultados relativos aos Relatórios de Situação dos CBH's localizados na de pesquisa, com relação ao seu ano correspondente, considerando se o relatório está utilizando o modelo de indicadores FPEIR, conforme a indicação do Conselho de Recursos Hídricos. Vale ressaltar que os Relatórios de Situação devem ser elaborados todos os anos.

Quadro 3. Relatórios de Situação dos Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado de São Paulo

Comitê de Bacia Hidrográfica	Relatório de Situação/Ano correspondente	Indicadores
Serra da Mantiqueira	Relatório: ano 2009	FPEIR
Paraíba do Sul	Não foi encontrado	*
Litoral Norte	Relatório Zero: ano 2002	*
	Relatório: anos 2014; 2015.	FPEIR
Rio Pardo	Relatório Zero: ano 2000; Relatório Um: ano 2006	*
	Relatório: anos 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015	FPEIR
Piracicaba, Capivari, Jundiaí	Relatório: anos 1993; 1994; 1995; 2000-2001;2002-2003;2004-2006	*
	Relatório: anos 2007; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015	FPEIR
Alto Tietê	Relatório: anos 2011; 2012; 2013; 2014; 2015	FPEIR
Baixada Santista	Relatório: ano 2007	*
	Relatório: anos 2010; 2011	FPEIR
Sapucaí-Mirim e Grande	Relatório Zero: ano 1999; Relatório Um: ano 2003	*
	Relatório: anos 2008; 2010; 2011; 2013	FPEIR
Rio Mogi-Guaçu	Relatório Zero: ano 1999	*
	Relatório: anos 2008; 2012; 2013; 2014; 2015	FPEIR
Sorocaba e Médio Tietê	Relatório Zero: ano 2000; Relatório: ano 2005	*
	Relatório: ano 2010	FPEIR
Ribeira de Iguape e Litoral Sul	Relatório: anos 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015	FPEIR
Baixo Pardo- Grande	Relatório Zero: ano 2000	*
	Relatório: anos 2008; 2012; 2013; 2014	FPEIR
Tietê-Jacaré	Relatório Zero: ano 2000	*
	Relatório: anos 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014; 2015	FPEIR
Alto Paranapanema	Relatório Zero: ano 1999; Relatório Um: ano 2005	*
	Relatório: anos 2008; 2009; 2010; 2011; 2013; 2014; 2015	FPEIR
Turvo e Grande	Relatório Um: ano 2008	*
	Relatório: anos 2009; 2010; 2013; 2014; 2015	FPEIR
Tietê-Batalha	Relatório Zero: ano 2000	*
	Relatório: anos 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2015	FPEIR
Médio Paranapanema	Relatório Zero: ano 2000	*
	Relatório: anos 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014	FPEIR
São José dos Dourados	Relatório: ano 2007	*
	Relatório: anos 2014; 2015	FPEIR
Baixo Tietê	Relatório Zero: ano 2000; Relatório: anos 2009; 2010	*
Aguapeí e Peixe	Relatório: ano 2000	*
	Relatório: anos 2008; 2009; 2010; 2011; 2012; 2013; 2014	FPEIR
Pontal do Paranapanema	Relatório Zero, ano 2000; Relatório Um: ano 2000	*
	Relatório: anos 2007; 2008	*
	Relatório: anos 2009; 2010; 2011; 2013	FPEIR

* Relatório de Situação não segue nenhum modelo específico de indicadores.
FPEIR – Força, Pressão, Estado, Impacto e Resposta. Fonte: Autores, 2015, 2016.

A partir da análise dos Quadros 2 e 3 e das consultas realizadas, foi possível chegar aos seguintes resultados:

CBH da Serra da Mantiqueira (CBH - SM) - UGRHI 01: O Plano de Bacia disponível é referente a atualização do primeiro Plano de Bacia de 2003, com adequação aos parâmetros elencados pela Deliberação CRH nº62/2006, sendo aprovado no ano de 2009. O Plano estabelece metas e ações previstas para o curto (2012), médio (2019) e longo prazo (2029). Desde 2003, o Plano foi atualizado plurianualmente, constando na página eletrônica institucional do Comitê apenas a última atualização de 2009. Foi encontrado o Relatório de Situação do

ano base de 2008 na página eletrônica institucional do Comitê, tendo como base a matriz de indicadores FPEIR. Os documentos não estão disponíveis no portal de informações do SIGRH.

CBH do Paraíba do Sul (CBH-PS) - UGRHI 02: O Plano de Bacia não foi encontrado na página eletrônica institucional do comitê que esteve indisponível durante a realização do presente trabalho. Demais informações não foram encontradas no portal de informações do SIGRH. Após contato via e-mail, foi disponibilizado o Plano com data de 2010 e ano de referência de 2011-2014, constando ações para curto (4 anos), médio (8 anos) e longo (12 anos) prazos. A elaboração do Plano foi pautada na Deliberação CRH nº 62/2006.

CBH do Litoral Norte (CBH-LN) - UGRHI 03: O primeiro Plano de Bacia é referente ao ano 2002 e teve como objetivos a definição de metas para o gerenciamento dos recursos hídricos da UGRHI e a proposição de ações de curto (até 2003), médio (2003-2010) e longo prazos (2010-2020). Também foram encontrados, no portal, documentos relativos às Ações e Metas para o Plano de Bacia referente aos anos de 2012-2015, porém este ainda não foi disponibilizado. Além destes, também estavam disponíveis no portal do SIGRH o Relatório Síntese, o Relatório Zero com data de 2002 e os Relatórios de Situação dos anos base de 2013 e 2014, e que adotam o Modelo FPEIR. Não foi encontrada página eletrônica institucional do Comitê.

CBH do Rio Pardo (CBH-PARDO) - UGRHI 04: O Plano de Bacia do Comitê do Pardo foi aprovado em 2008 e se refere aos horizontes 2008/2011, 2012/2015 e 2016/2019, respectivamente identificados como de curto, médio e longo prazo. O desenvolvimento dos trabalhos do Plano de Bacia do Pardo foi orientado pela Deliberação CRH nº 62/2006e adotado com referência a documentação e dados existentes do Relatório de Situação dos anos de 2000, 2007 e 2008. No portal de informações do SIGRH estavam disponibilizados o Plano de Bacia, os Relatórios Zero e Um, assim como também foram encontrados os Relatórios de Situação para os anos base de 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014. Não foi encontrada página eletrônica institucional do Comitê.

CBH do Piracicaba, Capivari, Jundiaí (CBH-PCJ) - UGRHI 05: O primeiro Plano de Bacia foi elaborado para os anos de 1994-1995. Posteriormente foram elaborados Planos para os anos de 2000-2003, 2004-2007 e 2008-2011, este último já com atualização quanto a Deliberação CRH nº 62/2006. O Plano atual data de 2011, com abrangência de 2010 a 2020 e também está de acordo com a Deliberação CRH nº 62/2006. Os Relatórios de Situação encontrados datam dos anos de 1993, 1994, 1995, 2000 a 2001, 2002 a 2003, 2004 a 2006 e dos anos base de 2006, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014. Os documentos citados foram obtidos na página eletrônica institucional do Comitê e também no portal de informações do SIGRH**.**

CBH do Alto Tietê (CBH-AT) - UGRHI 06: O Plano de Bacia deste comitê foi aprovado e divulgado no ano de 2009, e corresponde à atualização do Relatório de Situação desenvolvido em 2002, considerando as evoluções ocorridas nos últimos cinco anos. Na primeira etapa é apresentado um Diagnóstico Analítico da Bacia do Alto Tietê e a segunda etapa constitui o Plano de Ações Estratégicas com horizonte até o ano de 2020. Não foram encontradas especificações quanto a qual Deliberação foi seguida para a elaboração do seu conteúdo mínimo Plano. Foram encontrados Relatórios de Situação dos anos base de 2010, 2011, 2012, 2013, 2014. Os documentos foram encontrados no portal de informações do SIGRH, e na página eletrônica institucional do Comitê.

CBH da Baixada Santista (CBH-BS) - UGRHI 07: Foi encontrado o Plano de Bacia para o quadriênio 2008-2011, que cumpre com a Deliberação CRH nº 62/2006. Também foram encontrados os Relatórios de Situação para os anos base de 2007, 2010 e 2011. No texto do Plano de Bacia 2008-2011, consta que o Comitê desenvolveu o seu primeiro Relatório de Situação de Recursos Hídricos "Relatório Zero" em 1999, em seguida o Plano de Bacia de 2003-2006 e o "Relatório Um" em 2006. O Relatório não foi localizado. Com relação ao Plano 2003-2006, não foi possível abrir o arquivo correspondente. O Plano de Bacia e os Relatórios de Situação foram localizados no portal de informações do SIGRH. Não foi encontrada a página eletrônica institucional do Comitê.

CBH do Sapucaí - Mirim e Grande (CBH-SMG) - UGRHI 8: O primeiro Plano de Bacia foi aprovado em 2003, com dados atualizados do Relatório Zero de 1999, e abrange as diretrizes propostas e metodologias do Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH de 1991. Também foi localizado o Plano de Bacia de 2008, referente aos horizontes 2008/2011, 2012/2015 e 2016/2019, respectivamente identificados como de curto, médio e longo prazo, e compreende a revisão e atualização do Plano de Bacia anterior, de acordo com as orientações contidas na Deliberação CRH nº 62/2006, bem como conceitos e proposições do Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH 2004/2007. No portal de informações do SIGRH é

possível encontrar os Planos de Bacia citados, assim como o Relatório de Situação Zero elaborado em 1999, o Relatório de Situação Um elaborado em 2003 e os Relatórios de Situação para os anos base de 2007, 2009, 2010 e 2012. Não foi encontrada página eletrônica institucional do Comitê.

CBH do Rio Mogi-Guaçu (CBH-MOGI) - UGRHI 9: O primeiro Plano de Bacia possui data de 2008, sendo divulgado em 2009, com abrangência até 2011, estando de acordo com a Deliberação CRH nº 62/2006. No portal de informações do SIGRH é apresentado o Diagnóstico Final para o Plano de Bacia ano base 2015, com vigência entre 2016-2019, já em conformidade com Deliberação CRH nº 146/2012, contudo o documento encontra-se em fase de aprovação. Também foram encontrados o Relatório Zero elaborado em 1999 e os Relatórios de Situação dos anos base de 2008-2011, 2011, 2012, 2013 e 2014. Todos os documentos mencionados estão disponíveis no portal de informações do SIGRH. Não foi encontrada página eletrônica institucional do Comitê.

CBH dos Rios Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT) - UGRHI 10: O primeiro Plano de Bacia foi elaborado em 2006 e aprovado em 2007, adotando as orientações contidas na Deliberação CRH nº 62/2006, bem como conceitos e proposições do Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH 2004/2007. O atual Plano de Bacia foi aprovado em 2008 e se refere aos horizontes 2008/2011, 2012/2015 e 2016/2019, respectivamente identificados como de curto, médio e longo prazo. Compreende a revisão do primeiro Plano de Bacia, de acordo com as orientações contidas na Deliberação CRH nº 62/2006, bem como em conceitos, e proposições do Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH 2004-2007. O Relatório Zero de 1995 e os Relatórios de Situação dos anos base de 2005 e 2010 estavam disponibilizados. Os documentos foram encontrados no portal de informações do SIGRH. Não foi encontrada página eletrônica institucional do Comitê.

CBH do Ribeira de Iguape e Litoral Sul (CBH-RB) - UGRHI 11: O primeiro Plano de Bacia se refere ao período de 2000 a 2003 e foi laborado tendo como base o Relatório Zero. O Plano atual foi elaborado com abrangência para os anos de 2008 a 2011, com divulgação em 2009, atendendo à Deliberação CRH nº 62/2006e às recomendações feitas no PERH 2004-2007. Os Relatórios de Situação encontrados datam dos anos base de 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014. Os documentos mencionados foram encontrados no portal de informações do SIGRH e na página eletrônica institucional do Comitê.

CBH do Baixo Pardo-Grande (CBH-BPG) - UGRHI 12: O Plano de Bacia começou a ser elaborado no ano de 2006, com aprovação no ano de 2008 e divulgação no ano de 2009, em atendimento à Deliberação CRH nº 62/2006. As abrangências das metas foram pensadas trienalmente, até o ano de 2019. Ocorreu uma revisão do Plano no ano de 2009, com divulgação em 2011 também para atendimento à Deliberação CRH nº 62/2006. Os relatórios de situação existentes datam dos anos base de 2008, 2011, 2012 e 2013. Também foi localizado o Relatório Zero do ano de 2000. Todos os documentos citados foram encontrados disponíveis no portal de informações do SIGRH. A página eletrônica institucional do Comitê estava indisponível durante o período da pesquisa.

CBH do Tietê/Jacaré (CBH-TJ) - UGRHI 13: O Plano encontrado para esta Bacia data de 2008, com a divulgação feita em 2012. Conforme conteúdo disponibilizado, este Plano tem a finalidade de atualização de dados e informações, mas, sobretudo, de efetuar revisão do planejamento, para atender a Deliberação CRH nº 62/2006, estabelecendo metas de curto, médio e longo prazo até 2019. Os relatórios de situação existentes datam dos anos base de 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014. Também foi localizado o Relatório Zero do ano de 2000. Todos os documentos citados estão disponíveis no portal de informações do SIGRH. Não foi encontrada página eletrônica institucional do Comitê.

CBH do Alta Paranapanema (CBH-ALPA) - UGRHI 14: O primeiro Plano de Bacia data do ano de 2002, com divulgação no ano de 2003 a partir de diagnósticos levantados em 2002, porém o plano está disponibilizado por capítulos, dificultando a sua compreensão, pois vários dos capítulos não estão acessíveis. Posteriormente, foi realizada a revisão do Plano, com nova meta dos anos de 2012 a 2015, e que está de acordo com a Deliberação CRH nº 62/2006. Foram encontrados Relatórios de Situação dos anos base de 2007, 2008, 2009, 2010, 2012, 2013 e 2014. Também foram localizados o Relatório Zero (2000) e Relatório Um do ano de 2007. Os documentos citados estão disponíveis no portal de informações do SIGRH. Os documentos não foram localizados na página eletrônica institucional do Comitê.

CBH dos Rios Turvo e Grande (CBH-TG) - UGRHI 15: O Plano encontrado é referente ao ano de 2008, com abrangência até o ano de 2019. Este Plano contempla as diretrizes e metodologias em atendimento à Deliberação CRH nº 62/2006. Posteriormente foram publicados os relatórios de situação dos anos base de 2009, 2010, 2012 e 2013 e o Relatório Um do ano de 2007. Os documentos

citados estão disponibilizados no portal de informações do SIGRH. Os Relatórios de Situação de 2009 e 2010 estavam disponíveis apenas na página eletrônica institucional do Comitê.

CBH do Tietê - Batalha (CBH-TB) - UGRHI 16: O Plano de Bacia deste Comitê trata do período que vai do ano de 2008 a 2011, foi elaborado pelo CETEC - Centro Tecnológico da Fundação Paulista de Tecnologia e Educação e atende a Deliberação CRH nº 62/2006. Também foram encontrados relatórios de situação dos anos base de 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2014. Os documentos são citados no portal de informações do SIGRH, mas estão disponibilizados apenas na página eletrônica institucional do Comitê, onde consta também o texto para o Plano de 2016 a 2027 que está em fase de aprovação, e já está de acordo com a Deliberação CRH nº 146/2012.

CBH do Médio Paranapanema (CBH-MP) - UGRHI 17: O Plano de Bacia data do ano de 2007, com divulgação para o mesmo ano, tendo como base o relatório zero de 1999 e a legislação Federal considerando o curto, médio e longo prazo (até o ano de 2020). Porém, em 2006 foi elaborado um relatório para adaptação do Plano, conforme Deliberação CRH nº 62/2006. Foram encontrados relatórios de situação dos anos base de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 2012 e 2013. Os documentos citados estavam disponíveis somente na página eletrônica institucional do Comitê, com exceção do Plano de Bacia e do Relatório Zero que também estavam disponíveis no portal de informações do SIGRH.

CBH São José dos Dourados (CBH-SJD) - UGRHI 18: Foi encontrado o Plano de Bacia que data do ano de 2008, com divulgação para o mesmo ano. O Plano, realizado pelo IPT está de acordo com as diretrizes e metodologias da Deliberação CRH nº 62/2006, e possui abrangência até 2019. Os Relatórios de Situação datam dos anos base de 2007, 2013 e 2014, sendo que somente os dois últimos se encontram atualizados com a matriz de indicadores FPEIR. Na página eletrônica institucional do comitê foram encontrados somente os Relatórios de Situação de 2013 e 2014. Todos os outros documentos citados estavam disponíveis no portal de informações do SIGRH.

CBH do Baixo Tietê (CBH-BT) - UGRHI 19: A mobilização para o Plano de Bacia tem início em 2007, com planos de trabalho e oficinas e sumário executivo, onde consta disponível somente um resumo das oficinas participativas. O Plano de Bacia em vigência não foi encontrado no portal de informações do SIGRH. Apenas os Relatórios de Situação dos anos base de 2009 e 2010 estavam disponíveis no portal. Não foi encontrada página eletrônica institucional do Comitê.

CBH dos Rios Aguapeí e Peixe (CBH-AP) - UGRHI 20/21: Foi encontrado Relatório de Situação com a caracterização da bacia, datado de 1997, postado somente em 2000. O Plano de Bacia data do ano 2008/2009, com horizonte de aplicação até o ano de 2020 e está de acordo com a Deliberação CRH nº 62/2006. Os Relatórios de Situação elaborados correspondem aos anos base de 2007, 2008, 2009, 2010, 2011, 201 e 2013. No portal de informações do SIGRH estava disponível somente o Relatório de Situação do ano de 2000, todos os outros documentos foram encontrados apenas na página eletrônica institucional do Comitê.

CBH do Pontal do Paranapanema (CBH-PP) UGRHI 22: O Plano de Bacia disponível na página do comitê data de 2008, com horizonte para 2012 e está de acordo com a Deliberação CRH nº 62/2006. No portal de informações do SIGRH está disponível somente o Relatório Zero, que data dos anos de 1999/2000. Foram encontrados os Relatórios de Situação dos anos base de 2008, 2009, 2010 e 2011 na página eletrônica institucional do Comitê de bacia.

Com relação aos instrumentos Planos de Bacia e Relatórios de Situação das UGRHI's paulistas, de forma geral, foi observado que muitos documentos não estavam disponibilizados nos locais de consulta, ou ainda não foram atualizados conforme a última Deliberação vigente.

Para a discussão dos resultados é importante destacar que o portal do governo Federal sobre os Comitês de Bacia Hidrográfica agrega informações sobre todos os Comitês de Bacia, estaduais e interestaduais do país. Com relação à pesquisa realizada neste portal, foi possível constatar que o portal direciona a busca para as páginas institucionais dos seguintes comitês: CBH da Serra da Mantiqueira; CBH dos Rios Turvo e Grande; CBH do Tietê - Batalha; CBH do Piracicaba, Capivari, Jundiaí; e CBH do Pontal do Paranapanema, o que representa 23% do total de comitês analisados. Para os demais comitês, o portal do governo federal direciona a busca para o portal de informações do SIGRH.

Já no portal de Informações do SIGRH estão disponibilizadas as páginas institucionais dos comitês do CBH do Alto Paranapanema, CBH dos Rios Aguapeí e Peixe, CBH do Alto Tietê, CBH do Médio Paranapanema, CBH do Piracicaba, Capivari, Jundiaí, CBH do Pontal do Paranapanema, CBH da Serra da Mantiqueira, CBH do Tietê-Batalha, e CBH dos Rios Turvo e Grande, o que representa 43% do total de comitês analisados.

Para os demais Comitês, que não estão com as páginas institucionais disponibilizadas no portal

dos Comitês de Bacia Hidrográfica do governo federal e do SIGRH, após buscas realizadas na internet, foram encontrados os endereços dos seguintes comitês: CBH Paraíba do Sul, CBH do Ribeira de Iguape e Litoral Sul, CBH do Baixo Pardo-Grande e CBH do São José dos Dourados, representando 19% dos comitês analisados. Portanto, dos 21 comitês do estado de São Paulo, 13 comitês possuem páginas eletrônicas institucionais. Um total de 08 comitês ainda não possui páginas institucionais, ou essas páginas não foram encontradas nas buscas realizadas.

Conclusões

Os primeiros Comitês de Bacia do Estado de São Paulo foram criados no início da década de 90 (Tabela 01), sendo o Comitê da Serra da Mantiqueira o último a ser criado em 2001. Portanto, todos os Comitês de Bacia do estado de São Paulo foram criados anteriormente à Deliberação CRH nº 62/2006, e os primeiros Planos de Bacia elaborados, seguiram as diretrizes propostas no PERH de 1991.

Conforme observado no Quadro 2, a maioria dos Planos elaborados e aprovados após 2007 já estão de acordo com a Deliberação CRH nº 62/2006, exceto os Planos dos Comitês do Alto Tietê e do Litoral Norte, que não deixam claro em seu texto se seguem tal Deliberação.

A Deliberação CRH nº 146/2012 foi estabelecida para que os Comitês atualizassem o conteúdo do Plano até 2014, sendo foi substituída pela Deliberação CRH nº 159/2014, prorrogando o prazo de atualização conforme novo roteiro até 2015. De acordo com os dados, foram localizados apenas dois Planos que estão em fase de revisão conforme a Deliberação CRH nº 146/2012, dos Comitês do Rio Mogi Guaçu e Tietê Batalha.

Sendo assim, pode-se concluir que todos os outros Comitês ainda não iniciaram o seu processo de atualização, ou não estão divulgando corretamente as informações e, de qualquer forma, estes Comitês estão com os Planos desatualizados.

Outro aspecto importante a ser discutido é que, apesar de os Planos de Bacia serem considerados instrumentos de planejamento para orientar a sociedade e os tomadores de decisão para a recuperação, proteção e conservação dos recursos hídricos, são produtos ainda extremamente técnicos, com linguagem de difícil compreensão e difusão restrita. Em diversos momentos desta exaustiva pesquisa, esses documentos foram encontrados com grande dificuldade, tanto de acesso, quanto de compreensão, pois apesar de estarem disponíveis estavam incompletos ou fragmentados.

Com relação aos Relatórios de Situação, os dados obtidos mostram que estes documentos estão ainda mais desatualizados, visto que devem ser elaborados anualmente conforme previsto na legislação. Porém, a maioria dos Comitês não disponibilizou seus Relatórios de Situação anuais para consulta (Quadro 3). Muitos Comitês, como é o caso do Comitê da Serra da Mantiqueira, também não disponibilizam, ou não possuem seu Relatório "Zero". Por outro lado, todos os relatórios elaborados a partir de 2008 estão de acordo com o novo roteiro proposto pela Deliberação CRH nº 146/2012, que indica a utilização do modelo FPEIR na elaboração dos indicadores dos Relatórios de Situação, mostrando que tal metodologia foi de fácil aceitação e implementação na elaboração destes documentos.

Também é possível apontar que, com exceção do Comitê do Baixo Tietê e do Paraíba do Sul, cujos Planos não foram localizados nos ambientes consultados, todos os outros 19 Comitês de Bacia Hidrográfica do Estado de São Paulo possuem Planos de Bacia disponíveis no portal de informações do SIGRH ou na página institucional do Comitê. Quanto aos Planos Estaduais, apenas o primeiro plano foi localizado somente no site do DAEE, o que confirma a importância da parceria entre os órgãos gestores para atualização das informações no Sistema.

Os fatos aqui apresentados mostram a fragilidade e os desafios que ainda existem no sistema de informação e divulgação sobre a gestão dos Recursos Hídricos no Estado de São Paulo, mesmo com a existência de um portal de informações do SIGRH.

Diante dos dados apresentados, é importante discutir algumas suposições para a desatualização de tais instrumentos de gestão. O primeiro possível motivo para este fato está relacionado à questão da disponibilidade de recursos financeiros e a não implementação das entidades delegatárias ou Agência de Água, para dar suporte aos Comitês de Bacia. Ainda é preciso ressaltar que o processo de cobrança dos recursos hídricos, que deve financiar ações de contratação para elaboração de Planos de Bacia e atualização dos Relatórios de Situação, está sendo implantado recentemente no Estado de São Paulo e, possivelmente, este seja outro entrave. Tal dificuldade já foi anteriormente apontada pela Agência Nacional de Águas, quando esta atribui à falta de estudos técnicos o não avanço da implementação dos instrumentos de gestão, principalmente a cobrança dos recursos hídricos (ANA, 2011).

Outro provável motivo seria a falta de iniciativa política e organizacional dos próprios

Comitês do Estado de São Paulo juntamente ao SIGRH ou ao portal do governo federal, para realizar uma articulação a fim de compilar e disponibilizar os dados, documentos e informações que já existem, já que durante a pesquisa foi possível identificar que esses instrumentos, mesmo que desatualizados, são elaborados, e que o grande desafio foi obter o acesso a estes documentos.

Por fim, os dados levantados por este estudo indicam que o SIGRH do Estado de São Paulo apresenta limitações que precisam ser superadas em busca do efetivo cumprimento da sua finalidade estabelecida em lei, principalmente na elaboração e aplicação dos instrumentos de gestão, como Planos de Bacia e Relatórios de Situação. Esse modelo de gestão parece não ter conseguido, ainda, alcançar seu funcionamento pleno e articulado com as diversas esferas que o compõem. Além disso, a gestão integrada, participativa e descentralizada dos recursos hídricos só será possível com a democratização e o acesso à informação que possui muitos desafios a serem enfrentados.

Nesse sentido, é essencial que seja cumprido os objetivos previstos na Lei de Acesso à Informação, de forma a garantir que as informações públicas estejam disponíveis a todos os cidadãos. Também é fundamental que o SNIRH seja unificado e fortalecido, ampliando a descentralização da obtenção e produção de dados e permitindo o acesso as informações a todos os entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, aos usuários de água, assim como toda a comunidade científica e a sociedade em geral. Por último, é importante discutir em futuras pesquisas se no Brasil tais instrumentos têm sido realmente eficientes, ou se a elaboração e implementação destes seguem estagnadas.

Agradecimentos

Os autores agradecem a Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Ambientais (PPGCam) pelo suporte acadêmico à pesquisa. Os autores também agradecem à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento das pesquisas de Doutorado.

Referências

ANA. Agência Nacional de Águas, 2011. O Comitê de Bacia Hidrográfica: o que é e o que faz? Disponível: http://arquivos.ana.gov.br/institucional/sge/CEDOC/Catalogo/2012/CadernosDeCapacitacao1.pdf. Acesso: 29 mai. 2015.

ANA. Agência Nacional de Águas, 2013. Planos de recursos hídricos e enquadramento dos corpos de água. Disponível: http://www.cbh.gov.br/EstudosETrabalhos/20140108101800_CadHidrico_vol5_completo.pdf. Acesso: 29 mai. 2015.

BRASIL, 1997. Lei nº 9.433, de 8 de janeiro.

BRASIL, 2000. Lei nº 9.984, de 17 de julho.

Campos, V. N. O., Fracalanza, A. P., 2010. Governança das águas no Brasil: conflitos pela apropriação da água e a busca da integração como consenso. Ambiente & Sociedade 13, 365-382.

Jacobi, P. R., Fracalanza, A. P., 2005. Comitês de bacias hidrográficas no Brasil: desafios de fortalecimento da gestão compartilhada e participativa. Desenvolvimento e Meio ambiente 11-12, 41-49.

Peres, R. B., Silva, R. S., 2013. Interfaces da gestão ambiental urbana e gestão regional: análise da relação entre Planos Diretores Municipais e Planos de Bacia Hidrográfica. Revista Brasileira de Gestão Urbana 5, 13-25.

SÃO PAULO, 1991. Lei nº 7.663, de 30 de dezembro.

SÃO PAULO, 1994. Lei nº 9.034, de 27 de dezembro.

SÃO PAULO. Conselho Estadual de Recursos Hídricos, 2006**.** Plano Estadual de Recursos Hídricos: 2004 /2007. São Paulo.

SÃO PAULO. Conselho Estadual de Recursos Hídricos, 2006. Deliberação nº 62, de 04 de setembro. Disponível: http://www.ceivap.org.br/legisp/DeliberacoesCRH/Deliberacao-CRH%20062.pdf. Acesso: 02 mai.2015.

SÃO PAULO. Conselho Estadual de Recursos Hídricos, 2012. Deliberação nº 146, de 11 de dezembro. Disponível: http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/deliberation//5880/deliberacao-crh_146_-pbh.pdf. Acesso: 02 mai. 2015.

SÃO PAULO. Conselho Estadual de Recursos Hídricos, 2014. Deliberação nº 159, de 15 de abril. Disponível: http://www.sigrh.sp.gov.br/public/uploads/deliberation//6242/deliberacao-crh_159_pbhs.pdf. Acesso: 02 mai. 2015.

Souza, K. L. R., Furtado, A. L. F. F., 2013. Gestão ambiental e recursos hídricos: análise do plano de bacias 2010-2020 do comitê de bacias hidrográficas dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí. Revista das Faculdades Integradas Claretianas 6, 49-61.